

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.964 - SP (2019/0267773-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ELAINE CRISTINA GUEDES ROSA
AGRAVANTE : CRISTIANO APARECIDO DOS SANTOS
ADVOGADO : MAURO ATUI NETO - SP266971
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental contra decisão do Exmo. Sr. Ministro Presidente desta Corte (fls. 974-975), que não conheceu dos agravos em recurso especial interpostos pela defesa, pela incidência da Súmula n. 182/STJ.

No regimental, a defesa dos agravantes alega que não pretende o reexame das provas dos autos, mas a reavaliação, sendo que foi demonstrada a divergência *"com base em apelação do Tribunal de Justiça e não com base em habeas corpus, mandado de segurança e recurso ordinário como fundamentado por Vossa Excelência"* (fl. 981).

Requer a reconsideração ou a remessa do feito à apreciação da Turma, a fim de que o especial seja provido.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que procede a argumentação trazida no agravo regimental. Reconsidera-se, pois, a decisão.

Passo ao exame do recurso.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

SENTENÇA CONDENATÓRIA DOS RÉUS PELOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, ENVOLVENDO MENOR (ARTS. 33 E 35, C.C. O ART. 40, VI, DA LEI 11.343/2006).

APELOS DA DEFESA ALEGAÇÕES DE INSUFICIÊNCIA DO ACERVO PROBATÓRIO, BUSCANDO-SE A ABSOLVIÇÃO PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS DE APLICAÇÃO DO REDUTOR LEGAL NA SUA FRAÇÃO MÁXIMA E EXCLUSÃO DA MAJORANTE DO ENVOLVIMENTO DE MENOR, REDUZINDO-SE AS

PENAS - PLEITOS DE FIXAÇÃO DE REGIME MAIS BRANDO COM INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO.

DESCABIMENTO - AUTORIA E MATERIALIDADE DOS DELITOS DA TRAFICÂNCIA E DA ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO QUE FICARAM BEM PROVADAS - DEPOIMENTOS DE AGENTES POLICIAIS REVESTIDOS DE CREDIBILIDADE, ANOTANDO-SE A PARCIAL ADMISSÃO DOS FATOS PELO CORRÉU - DOLO DE ASSOCIAR-SE PREVIAMENTE PARA EXERCER A TRAFICÂNCIA QUE INDICOU-SE PELAS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSAGEM DAS PENAS EM CONSONÂNCIA COM O REGRAMENTO LEGAL, DESCABENDO A INCIDÊNCIA DO REDUTOR DA LEI DE DROGAS - PRECEDENTES - REGIME INICIAL FECHADO QUE SE AFIGURA CORRETO NA ESPÉCIE, INADMISSÍVEL A INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO - RECURSOS DESPROVIDOS (fl. 685).

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 825-831).

Na sequência, a defesa interpôs recursos especiais, nos quais alega violação dos arts. 155, 156 e 386, VII, do Código de Processo Penal, e 35 da Lei n. 11.343/2006, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a insuficiência de provas para a condenação, uma vez baseada apenas em indícios e mera suposição, sendo que *"Não existe um fato isolado para o condão de eficácia a caracterização do tipo penal, mormente quando a imputação afirma que havia mercancia, fato este não provado, não havendo uma prova que indique associação que exige estabilidade e intenção de certa duração no tempo, e em nenhum momento foi feita referência a vínculo associativo, ligados pelo animus associativo"* (fls. 750 e 786).

As r. decisões agravadas não admitiram os recursos sob os seguintes fundamentos: incidência das Súmulas n. 284/STF e ns. 7 e 13 desta Corte, além de não demonstrada a divergência nos moldes legais.

Contraminutas às fls. 948-957 e 958-967. O Ministério Público Federal opina pelo desprovidimento do agravo regimental (fls. 996-1.000).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece provimento.

O acórdão recorrido assim destramou a controvérsia acerca das provas:

O delito de associação também ficou cumpridamente

demonstrado, pois diante de notícias sobre o exercício do tráfico pelo réu com a ajuda de familiares, a polícia dirigiu-se até o local e encontrou um comprador, a afirmar ele aquisição anterior de drogas junto ao réu além de apontar participação da esposa dele na venda. A apreensão de petrechos e de considerável quantidade de drogas e dinheiro, sem qualquer comprovação da origem, também indicou estabilidade e permanência do comércio ilícito. Dolo de associar-se, portanto, evidenciado pelas circunstâncias, descabido falar em mero tráfico eventual, esporádico, até pelas indicações da divisão de tarefas entre os acusados.

Inequívoca ainda a causa de aumento descrita na denúncia, pois a menor filha do casal estava na posse de drogas nas suas partes íntimas, a mando do réu, além de procurar esconder uma balança. (fls. 690-691).

Com efeito, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o reexame das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Nesse sentido, confirmam-se:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTS. 28 E 33, AMBOS DA LEI N.º 11.343/06 E AO ART. 386, VII, DO CPP. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PARA O DELITO DE POSSE DE ENTORPECENTES PARA CONSUMO PRÓPRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar, ou desclassificar a imputação feita ao acusado.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 871.789/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 14.6.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO SUBJETIVO ENTRE OS AGENTES. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ.

CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. CRIME DE ASSOCIAÇÃO. INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DO ART. 40, III, DA LEI N. 11.343/06. MAJORANTE DEVIDAMENTE CARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A pretensão de absolvição pelo delito de associação para o tráfico, sob a alegação de falta de comprovação da estabilidade e permanência entre a recorrente e os corréus, demanda, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos, providência inviável em recurso especial (Súm. 7/STJ).

2. No tocante à alegada violação do art. 59 do CP, observa-se que o aumento da pena-base, pelo delito de tráfico de drogas, em 4 meses de reclusão está devidamente fundamentado no fato de que "a maconha apreendida destinar-se a distribuição no interior de casa prisional merece maior reprovabilidade". Não há se falar em bis in idem, pois a causa de aumento do art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006 não incidiu na pena fixada pelo delito do art. 33 da referida norma legal.

3. A aplicação da majorante do art. 40, III, da Lei 11.343/2006, ao crime do art. 35 da Lei n. 11.343/2006, é devida tendo em vista a comprovação de que a recorrente e os corréus estavam associados para a distribuição de drogas no interior do Presídio Industrial de Caxias do Sul - PICS.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1.254.909/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 8/4/2019).

Ademais, inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c", porquanto os acórdãos paradigmas proferidos em *habeas corpus* não se prestam a configurar o dissídio interpretativo. Do mesmo modo, o acórdão proveniente do mesmo Tribunal, a teor da Súmula n. 13 desta Corte, *in verbis*: "A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja Recurso Especial".

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO TENTADO. RECURSO ESPECIAL FULCRADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

INSURGÊNCIA NÃO PROVIDA. 1. O conhecimento do recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional exige a demonstração da divergência jurisprudencial conforme preconizado no art. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil e no art. 255 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

2. Na espécie, os recorrentes limitaram-se a colacionar as ementas dos julgados considerados paradigmas e, a título de cotejo analítico, elaboraram quadros comparativos com as conclusões dos acórdãos confrontados, deixando de transcrever trechos dos arestos em dissenso e de apontar as semelhanças fático-jurídicas entre eles.

3. É pacífico o entendimento deste Sodalício no sentido de que o julgado proferido em sede de habeas corpus, por não guardar o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material buscados no recurso especial, não é apto a comprovar o dissídio pretoriano.

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1538893/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 25/10/2019).

Diante do exposto, reconsidero a decisão para conhecer do agravo e negar provimento aos recursos especiais defensivos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator